

A depredação do patrimônio público escolar em Marabá-PA: um estudo de caso.

Borges, Jéssica Souza¹

¹FACSAT/ICH, UNIFESSPA, 68500-000, Marabá-PA, Brasil

Palavras-Chave: Violência; patrimônio público; depredação.

1. INTRODUÇÃO

Nos dias atuais em que se insere o século XXI vê-se dentro da sociedade diversos tipos de violência, destacando as violências praticadas aos bens públicos, que podem ser conceituadas como depredação.

A depredação é considerada uma forma de violência, justamente se tratando do ambiente educacional. Trata-se da violência contra a escola e existem vários fatores que contribuem para tais atos de vandalismo.

Ao observar a realidade das escolas públicas de Marabá percebe-se a existência de uma constante violência por parte dos alunos sobre o patrimônio público escolar, como é o caso da escola pesquisada. Nestas instituições, em particular na escola Jonathas Pontes Athias, encontram-se alunos de contextos sociais diversificados, que devem influenciar na prática da violência escolar. Foi escolhido então, tratar da depredação do patrimônio público escolar como delimitação desta violência, a fim de levantar quais são os fatores contribuintes dessa prática.

2. MATERIAL E MÉTODOS

Este trabalho é uma pesquisa de campo, caracterizada como estudo de caso e busca observar, investigar e avaliar a realidade ativa da Escola Municipal de Ensino Fundamental “Jonathas Pontes Athias” em Marabá-PA. Com o intuito de mostrar uma determinada realidade social dos alunos em relação à estrutura física escolar levando em consideração todo o ambiente educacional.

Através da observação dos espaços e entrevistas com os servidores, foram explorados os ambientes escolares e as visões dos que convivem neste espaço para melhor entender-se o que sucede na escola e encontrar os fatores que contribuem para a prática da depredação.

3. RESULTADOS E DISCUSSÃO

Em uma concepção ampla podemos definir o patrimônio público como: “conjunto de bens e direitos de valor econômico, artístico, estético, histórico ou turístico, que pertence ao povo, para o qual o Estado e a Administração existem [...]” [1]. Observado este conceito pode-se perceber que a escola se encaixa neste conjunto e é direito dos que utilizam seu espaço conservá-la, pois trata-se de um bem público de uso comum do povo.

Portanto, percebe-se a existência de uma contradição dentro das escolas públicas, local em que a educação está fragilizada e existem atos de vandalismo praticados pelos alunos, obtendo dentro do patrimônio público a violência escolar, visto que: “A Violência Escolar tem como cerne as complexidades das causas com ênfase no contexto familiar, socioeconômico,

cultural e escolar” [2]. Neste caso insere-se a violência contra o patrimônio que: “é a violência praticada contra a parte física da escola. Estar contra a própria construção que se voltam os pré-adolescentes e os adolescentes, obrigados que seja a passar neste local mais que cinco a oito horas diárias” (COLOMBIER et al. 1989) [3].

Segundo PRIOTTO; BONETI (2009): “Violência contra a escola é representada como atos de vandalismo, incêndios e destruição, roubo ou furtos do patrimônio como: paredes, carteiras, cadeiras, portas, cabos de fiação, cabos de telefone, materiais e equipamentos das instituições escolares. Esses atos de violência implicam tanto aos membros da escola como à comunidade e estranhos à escola” [4].

Ciente de que o contexto familiar pode diretamente influenciar nas práticas dos alunos, pode-se dizer que a estrutura familiar está totalmente envolvida nessa questão, uma vez que para sua sobrevivência a criança está na dependência dos membros adultos dessa instituição – a família (Morrish, 1983). “A família não é só uma instituição que permite uma certa segurança para a criança durante o seu período de imaturidade biológica mas também é uma instituição que proporciona a socialização primária e a educação inicial da criança” [5].

Percebe-se também que a escola não tem imposto regras aos alunos. Os mesmos estão a solta para toda e qualquer prática. Segundo as agentes de serviços gerais da Escola Jonathas Pontes Athias: “A diretora deveria dar uma olhada na escola e dialogar com os alunos, fazer uma vistoria e não deixar nas mãos das serventes, como o faz, pedindo para cuidarmos dos alunos.” (Maria José e Rejane, entrevista oral informal). De acordo com o agente de portaria: “A escola deve trazer o aluno pra a realidade do ensino, tá deixando eles muito à vontade. Os alunos devem zelar pelo patrimônio escolar e a escola precisa mostrar que eles devem fazer isso.” (Antônio Alves, entrevista oral informal).

Outro agente desprovido de preocupação em preservar o patrimônio público escolar é o Estado, apesar de estar inteiramente ligado a sua conservação, este não tem cumprido o seu papel. Visto que: “Quando o patrimônio estiver vinculado a um determinado ente federado - União, a um Estado, ou a um Município - a ele cabe, através dos seus agentes públicos, em primeiro lugar, adotar todas as providências necessárias à sua preservação e conservação. No caso do Município, a responsabilidade direta pelo zelo com o patrimônio público em regra é do (a) Prefeito (a). Ele pode, entretanto, dividir esta responsabilidade com os demais agentes públicos (Secretários, Diretores de Departamento e ao Encarregado do Setor de Patrimônio, devidamente nomeado para tal função). Basta, para isto, delegar tal responsabilidade através de Decreto” [6].

A situação foge do controle da administração escolar, a gestão tem sérias preocupações em relação ao assunto da depredação do patrimônio público escolar, pois ao longo dos anos a Escola Municipal de Ensino Fundamental Prof. Jonathas Pontes Athias vem sendo destruída pelos alunos.

4. CONCLUSÃO

Como motivação da depredação do patrimônio público escolar vê-se claramente que existem 3 fatores contribuintes: um é o convívio social das crianças fora da escola, sendo este com a família e toda sociedade que o cerca envolvendo sua estrutura e classe social a que estão inseridas, pois “o aluno já traz a violência de casa, o extinto de depredação, e se senti impune a qualquer coisa.” (Antônio Alves, entrevista informal); outro é a fragilidade na direção e coordenação escolar, falta de inspeção e voz ativa dos professores, pois para o agente de portaria da escola Jonathas, a culpa é do ensino dos dias atuais, pois os alunos estão livres e exercem suas próprias vontades. (Antônio Alves, entrevista oral informal), visto que “Sendo o docente uma liderança estratégica da escola, o decisor na sala de aula, é importante que esteja capacitado

a agir perante violências [...]” [7]. Enfim o último fator e não menos contribuinte para a prática de depredação é o descaso do Estado com o problema das escolas públicas, desenvolvendo fragilizadas políticas de reforma e conservação do patrimônio, o que vem ocasionando a “revolta” dos alunos por passarem grande parte de seu tempo em um ambiente desagradável.

REFERÊNCIAS

- GOMES, C. A; PEREIRA, M. M. **A formação do professor em face das violências das/nas escolas**. Cadernos de Pesquisa. v. 39, n. 136, p. 201-224, jan./abr. 2009. LOPES, Kivio. D. B. **Patrimônio público**. Curso Avançado em Controle Interno Municipal a Distância, s/d.
- MORRISH, I. **Sociologia da Educação: uma introdução**. 4. ed - Rio de Janeiro: Zahar Editora, 1983.
- PRIOTTO, E. P; BONETI, L. W. **Violência escolar: na escola, da escola e contra a escola**. Rev. Diálogo Educ., Curitiba, v. 9, n. 26, p. 161-179, jan./abr. 2009.
- RODRIGUES, L. O; MAGALHÃES, S. M. O. **Violência escolar: identificando formas para prevenção e intervenção**. Goiânia – GO: UFG, 2009.

NOTAS

- [1] LOPES, Kivio. D. B. Patrimônio público. Curso Avançado em Controle Interno Municipal a Distância, s/d. Página 1.
- [2] RODRIGUES, L. O; MAGALHÃES, S. M. O. Violência escolar: identificando formas para prevenção e intervenção. Goiânia – GO: UFG, 2009.
- [3] Idem.
- [4] PRIOTTO, E. P; BONETI, L. W. Violência escolar: na escola, da escola e contra a escola. Rev. Diálogo Educ., Curitiba, v. 9, n. 26, p. 161-179, jan./abr. 2009. Página 168.
- [5] MORRISH, I. Sociologia da Educação: uma introdução. 4. ed - Rio de Janeiro: Zahar Editora, 1983. Página 192.
- [6] LOPES, Kivio. D. B. Patrimônio público. Curso Avançado em Controle Interno Municipal a Distância, s/d. Página 4.
- [7] GOMES, C. A; PEREIRA, M. M. A formação do professor em face das violências das/nas escolas. Cadernos de Pesquisa. v. 39, n. 136, p. 201-224, jan./abr. 2009.